

crises do século

ESTUDOS DO SÉCULO

XX

número 10 • 2010

MARTINS, Rui Cunha – *O Método da Fronteira. Radiografia Histórica de um Dispositivo Contemporâneo (Matrizes Ibéricas e Americanas)*. Coimbra: Almedina, 2008. 252 p. ISBN 9789724034546

Se tivéssemos que formular uma espécie de diagnóstico combinatório entre o inquérito frontal e a resposta imediata sobre a matéria analítica deste livro poderíamos resumir e condensar tudo na seguinte questão: O que é a fronteira? Afirmativamente: Um dispositivo. Um método ordenador e configurador. Só assim estaremos em condições de apreender a pertinência designativa que o próprio título da obra veicula, assim como a força que a construção teórica e hermenêutica posta em destaque nos interstícios das suas páginas revela na análise da problemática conceptual da fronteira. É precisamente no interior deste inquérito que o autor se instala no diagnóstico dos vários níveis problemáticos que desafiam o conceito de fronteira, tanto do ponto de vista da sua «operatividade» como também das «sucessivas incorporações» que põem em causa a própria noção de fixidez do conceito: daí que a ilusão da ideia de fixidez do conceito de fronteira provocada pela alucinação dogmática da severidade do traço é desmentida pelas adaptações e incorporações graduais e permanentes inerentes à própria historicidade que valida a condição de dispositivo da fronteira.

Todo o dispositivo funciona em articulação com um método intrínseco às funcionalidades múltiplas (sociais, políticas, culturais, identitárias, económicas, etc.) que lhe são demandadas a cumprir. Sendo assim, a opção analítica pela assunção clara da ideia de método («princípio orientador») e de dispositivo (instrumento imbuído de uma «plas-

ticidade» e passível de «articulação» e «negociação») intrínseco ao conceito de fronteira pode ser identificada nas diversas enunciações presentes no corpo do texto e que sub-repticiamente remetem o leitor para a pertinência da noção de *método* [e] *da fronteira*: «mecanismo ordenador» (p. 111.); «dispositivo viabilizador de estratégias de reprodutibilidade» (p. 168.); «objecto funcional de manejo», «objecto de celebração» e «razão instituinte de uma coerência» (p. 190.); «mecanismo demarcatório» (p. 229.). Para além do carácter epistémico que estas noções ganham no interior da moldura argumentativa construída pelo autor, em rigor, elas também acabam por reflectir o carácter dinâmico (entenda-se, de movimento) veiculado pelos diferentes regimes de temporalidades e de actuações, manifestas nas duas principais categorias analíticas – «adaptabilidade» e «reprodutibilidade» – em torno das quais o livro constrói de forma transversal todo o debate sobre a problemática da demarcação (dimensão funcional da fronteira) e das «propriedades e funções» historicamente incorporadas no conceito. Aliás, a própria definição de fronteira que o autor esboça de forma propedêutica e telegráfica no primeiro ponto do primeiro capítulo do livro é manifestamente sintomática de duas revelações a considerar: primeira, a recusa de um certo totalitarismo da noção de fronteira (por esta se revelar como «tentativa – nunca totalmente conseguida de sinalizar uma sede ordenadora e produtora de sentido») em benefício das possibilidades emancipatórias que ela anuncia na sua «tarefa *continuada* da respectiva elucidação» (p. 23.); segunda, a prudência teórica que a própria definição transporta ao revelar a possibilidade sempre em aberto de adaptação e de reprodução convocada pela dialéctica do «limite» e da «ilimitação» enquanto

debate que trespassa invariavelmente toda a matéria analítica do livro.

Da estruturação da obra, duas considerações se impõem: a primeira prende-se com a opção designativa das duas partes que orientam a organização do livro – *Modelo. Dispositivo* – a partir dos quais o autor, nos capítulos e subcapítulos subsequentes, exuma diferentes contextos e quadros históricos que permitem explicitar o regime problemático e o quadro genealógico da «passagem» da fronteira do «estatuto de modelo» a de «dispositivo»; a segunda, relaciona-se com a combinatória entre a matéria histórica e os desafios contemporâneos da fronteira na desmontagem de alguns dos mitos que alojaram no discurso pós-moderno sobre a fronteira, anunciando a sua obsolescência, o seu fim, a sua morte e pretendendo, conseqüentemente, remetê-la para uma espécie de silêncio sepulcral. Aliás, entre os sete tópicos (quatro na articulação do primeiro capítulo – *Modelo* – e três na análise do segundo – *Dispositivo*) que orientam a estruturação das duas partes do livro, pode-se sempre identificar o olhar crítico sobre a necessidade de recusa das enunciações fúnebres da falência da fronteira em detrimento de uma abordagem que, através da mobilização dos exemplos históricos, solicita a construção de uma perspectiva onde é destacada a valorização do elemento funcional da fronteira e o conseqüente reconhecimento das suas dimensões operativas e pragmáticas. Esta asserção é válida no quadro argumentativo apresentado no primeiro capítulo do livro (pp. 23-39) sobre os vários contextos e espaços de construção da «referencialidade fronteiriça» desenvolvida em articulação com outras «escalas identitárias»: aqui, o texto resgata-nos dos essencialismos associados à ideia de obrigatoriedade de uma posição sempre

frontal e contraditória quando diferentes referencialidades e escalas identitárias estão em presença, em detrimento de uma proposta de abordagem que privilegia a identificação das diferentes escalas e as «formas de relacionamento entre elas», tal como ficou asseverado na análise do estudo sobre a raia da fronteira hispano-portuguesa dos inícios da modernidade ibérica (pp. 31-37.). Outrossim, se o processo de construção de referencialidades se constitui também como um sistema de fundação e de tentativa de legitimação de pertença, então, qualquer acto de fundação se alimenta de uma narrativa que, por sua vez, é também o suporte de uma memória constantemente celebrada, comemorada e rememorada (mediante a selecção dos motivos da recordação) como estratégia de fazer cumprir as funcionalidades subjacentes à atribuição de um sentido identitário e memorial à própria pertença (Cap. 2.): neste contexto, a fronteira é apresentada como um «referencial ordenador da memória» (p. 50.), tanto pela sua dimensão fundacional veiculada pelo «traço» e pela agregação das diferentes temporalidades numa «narração» que lhe confere sentido, memória e «delimitação», como também no estabelecimento gradual de «marcos divisórios» e de «lugares», através dos quais os indivíduos são convocados a se reconhecerem inseridos numa mesma «lógica delimitadora», também ela caracterizada por uma «narratividade» que acumula e transporta consigo a memória dos diferentes «momentos demarcatórios». Assim, da fronteira como «referencial ordenador da memória» subjazia também o «ideal da consolidação interna» no quadro espacial peninsular ibérico e, subsequentemente, o ideal expansivo expectável no horizonte africano (pp. 41-84.). É precisamente no interior dos actos ou dos momentos demarcatórios que

o terceiro capítulo do *Método da Fronteira* se posiciona na revelação da dialéctica permanente da acção de delimitação: o *limite* (que evidencia o marco, o «lugar») e as suas acções de «desdobramento» e de «transgressão» no sentido da *ilimitação*, e esta como «expressão» daquele. Por isso, não existe *ilimitação* sem a figura do *limite* e a existência deste é condição apriorística de convite à *ilimitação*, cuja expressão, segundo o autor, parece convir às «formulações originárias da teoria da soberania» (pp. 85-109.). Numa espécie de antecipação da segunda parte do livro dedicada à análise da fronteira como dispositivo contemporâneo, o quarto e último capítulo da primeira parte ensaia uma espécie de diagnóstico em torno da identificação das «teses matriciais do modelo moderno de fronteira» (*Designação; Fundamento; e Disponibilidade*), da qual a contemporaneidade é tributária. É como se a validação da fronteira enquanto dispositivo tivesse que ser antecipadamente corroborada pelas «dotações funcionais» que viriam a ganhar estatuto de parte integrante do reportório matricial contemporâneo da fronteira (pp. 111-122).

Na segunda parte da obra (Caps. 5 e 6), a temática do dispositivo serve de fundo orientador para a organização do debate sobre a condição contemporânea da fronteira. Esta é analisada fundamentalmente a partir dos regimes relacionais que a contemporaneidade reclama: *Adaptabilidade* e *Reprodutibilidade*. O primeiro regime, por referência à capacidade/disponibilidade de ajustamento de novas funções – «novos modos de funcionalidade» – que a fronteira revela perante as demandas que cada contexto histórico lhe contesta. Tal é evidente nos exemplos das matrizes americanas analisadas, primeiro, à luz dos postulados de Frederick. J. de Turner sobre a *frontier* americana (pp. 129-135) e,

segundo, à escala brasileira sobre o «lugar funcional...ocupado pela miscigenação na órbita dos mecanismos fronteiriços» (pp. 135-152.). O segundo (*Reprodutibilidade*), por referência ao «desdobramento» que as *fronteiras internas* conhecem no processo prolongado pelas *fronteiras externas*; Ou seja, é como se a partir de uma matriz fronteiriça “original” – *fronteira interna* – se reproduzissem, em outras escalas, as referências que prolongam e reinventam a matriz original da fronteira interna, mas, numa dimensão regional ou local – *fronteira externa* – tal como ficou patente nas intercessões das escalas de identificação regional, nacional e imperial, insufladas pelo nacionalismo salazarista do Estado Novo (pp. 153-191.). Contudo, é no interior do reportório das funcionalidades adquiridas pela fronteira que o último capítulo do livro (pp. 193-231) diagnostica alguns dos desafios contemporâneos enfrentados pelo dispositivo fronteira como o da «historicidade ou do contexto» (chamando a atenção para a necessidade de perscrutação dos quadros situacionais quando se avalia a configuração adoptada pela fronteira); o da «pós-estatalidade ou da articulação» (tendo em conta a necessidade cada vez maior do estado lidar com os novos desafios fronteiriços que reclamam «regulação» no interior das fronteiras da própria nação onde opera o estado); o da «democraticidade ou da demarcação», (por referência à dimensão plural das funcionalidades que a fronteira transporta, deve-se, sempre que possível, adicionar e investir um certo sentido democrático aos processos negociais de demarcação). Por isso, «o exercício democrático é a boa decisão, tanto como o convite à boa negociação» (p. 231.).

Em jeito de nota genérica, duas considerações se impõem. A primeira prende-se com a forma como o autor, através de

uma espécie de arqueologia das ideias, faz recorrência à matéria histórica enquanto suplemento factual para resgatar perspectivas que não tinham sido consideradas no interior do debate historiográfico, imprimindo-lhes outros olhares à escala da problemática da fronteira. A segunda, complementar da primeira, inscreve-se na modalidade argumentativa posta em destaque ao longo da discussão. Não se trata exclusivamente da forma como a moldura argumentativa do título em discussão valida os pontos de vista realçados. Trata-se também da forma como o objecto em análise suscita a construção da teoria e esta, por sua vez, convida à própria leitura.

Victor Barros
Bolseiro de Doutoramento da
Fundação Calouste Gulbenkian/CEIS20

ROSAS, Fernando; ROLLO, Maria Fernanda (coord.) – *História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Tinta da China, 2009. 614 p. ISBN 978-972-8955-98-4

Em Junho de 2009 foi publicado, pelas Edições Tinta da China, o livro coordenado por Fernando Rosas e Maria Fernanda Rollo, *História da Primeira República Portuguesa*. Trata-se de uma obra com a colaboração de especialistas das mais diversas áreas da investigação histórica, que colige, em seiscentas e catorze páginas, contributos para um conhecimento mais aprofundado da Primeira República Portuguesa.

O lançamento desta obra antecedeu em cerca de seis meses o ano em que se

assinala o centenário da Primeira República Portuguesa, que propiciará, por certo, a multiplicação dos espaços de debate e de reflexão em torno desta temática. Esta obra pretende ser «mais uma acha para a fogueira» (p. 12).

A 5 de Outubro de 2010 comemora-se o primeiro centenário da Implantação da República. Trata-se de uma data muito relevante da História de Portugal – e extremamente inovadora na Europa – porque a República Portuguesa foi a terceira República Europeia, depois da Francesa e da Suíça.

No início do século XX a regra eram os impérios e as monarquias, com a excepção das Américas, nomeadamente a do Norte, que foi a República que serviu de exemplo a todas as outras ibero-americanas. A Primeira República Portuguesa constituiu uma das primeiras tentativas persistentes de estabelecer e manter uma democracia parlamentar.

Não obstante, apesar das intenções e dos ideais generosos e do entusiasmo inicial, os republicanos foram incapazes de criar um sistema estável e plenamente progressista. A República foi prejudicada pela frequente violência pública, pela instabilidade política, pela falta de continuidade administrativa e pela impotência governamental. Com um total de quarenta e cinco governos, oito eleições gerais e oito presidentes em quinze anos e oito meses, a República Portuguesa foi o regime parlamentar mais instável da Europa Ocidental.

Na «arena da República», as paixões pessoais e ideológicas entrecrocaram-se, tendo desencadeado forças que prepararam o terreno para a intervenção dos militares na política e para a instauração da ditadura. A esta República atribulada seguiu-se a ditadura militar, prólogo do «Estado Novo» que, no momento do seu